



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ

**AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS,
EM CONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,
EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021.**

PRESIDENTE – VER. LEONARDO ALVES DE CASTRO.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS – SR. VAGNER M. DA ROCHA.

- Às 10h09min, o Senhor Presidente, Vereador Leonardo Alves de Castro, dava por aberta a presente Audiência Pública -

O SR. PRESIDENTE – Bom dia a todos.

Declaro aberta a presente Audiência Pública, realizada em conformidade com o parágrafo 4º, Artigo 9º, da Lei Complementar n. 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentada nesta edilidade pela Resolução n. 04, de 25 de outubro de 2001.

Esta audiência refere-se ao 3º quadrimestre de 2020, conforme a legislação. Refere-se, portanto, aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

A presente audiência, de acordo com a citada Resolução, constará das seguintes partes: exposição pelo representante do Poder Executivo; manifestação dos parlamentares; manifestação dos representantes de entidades; manifestação dos presentes; réplica pelo representante do Poder Executivo e pelos Secretários Municipais citados nas exposições e encerramento.

Quero registrar que o Sr. Prefeito, Francisco Marcelo Oliveira, foi oficiado, comunicando assim os Secretários Municipais, e que, em conformidade com o parágrafo 4º, do Artigo 36, do Regimento Interno, a convocação da presente audiência foi feita por publicação eletrônica no Diário Oficial do município em 11 de fevereiro de 2021, portanto, dentro do prazo estabelecido, ou seja, 10 dias de antecedência.

Quero registrar que esta Audiência está aberta à participação da população, sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal, na internet, e que qualquer manifestação poderá ser encaminhada a qualquer momento para o email audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br.

Quero registrar e agradecer a presença do Secretário Adjunto de Finanças, Sr. Vagner da Rocha, que fará a exposição do relatório relativo ao cumprimento das metas fiscais.

Quero ainda registrar e agradecer pela presença aos Vereadores Wiverson Santana e Vaguinho do Zaíra.

Na sequência, de acordo com o regulamento, teremos a exposição pelo Secretário Adjunto de Finanças, lembrando aos participantes que nos acompanham via internet que podem enviar suas perguntas para o email audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br, não esquecendo de colocar a sua identificação e da entidade que representa.

Lembrando ainda que a manifestação das entidades municipais deverá ter o prazo máximo de 05 minutos cada uma, e, para os munícipes, 02 minutos.

Com a palavra o Secretário Adjunto de Finanças, Vagner da Rocha.

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS – Sr. Presidente, Vereador Leonardo Alves, Vereadores Wiverson Santana e Vaguinho do Zaíra, demais presentes e colegas da Secretaria de Finanças, bom dia. Nós vamos apresentar aqui a análise das metas do 3º quadrimestre do exercício de 2020.

(Nota da Taquigrafia: neste instante o Secretário Adjunto de Finanças inicia a apresentação do relatório).



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS – Sr. Presidente, é importante ressaltar, no que se refere as finanças, especialmente para o exercício de 2021, observando o retrovisor de 2020, que nós teremos um enorme desafio que vai necessitar de todos os esforços de toda administração direta e indireta e da nossa Câmara de Vereadores.

Os poderes Executivo e Legislativo precisarão unir esforços para suplantar as dificuldades que se apresentam para este exercício, principalmente em razão da pandemia, porque a vacinação ainda não está avançada. Hoje estamos com uma marca muito triste no município, de 100% de leitos para covid tomados. Infelizmente estamos no auge da pandemia.

Estamos vendo a situação da arrecadação do município no primeiro mês, embora algumas receitas vieram boas em razão do movimento de dezembro, mas estamos com muita preocupação para a arrecadação deste ano. Juntamente com todos esses desafios que elencamos aqui: endividamento altíssimo, restos a pagar para quitar este ano.

Então, realmente não é o esforço de uma só pessoa, de uma Secretaria só, por mais técnicos e gente empenhada que tenha nos quadros de carreira, efetivo ou de comissão. Trata-se de um esforço da sociedade, representada na Câmara de Vereadores e do Poder Executivo.

Agradecemos a atenção de todos, especialmente da Secretaria de Finanças que vem conduzindo isso com bastante afinco. Nós só apresentamos aqui os números cuidados por eles nesse exercício de 2020. Eu cheguei agora, nesse governo e tudo que estamos vendo aqui, se deve a esses servidores, aos quais prestamos homenagens.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos nos quais possamos contribuir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Eu quero mais uma vez agradecer ao Secretário Adjunto. Eu quero registrar as presenças dos Vereadores Wellington da Saúde, Jairo Michelangelo, Junior Getulio; da Sra. Aíde Fernandes Fontes, representando a Secretaria de Promoção Social; do Sr. Marcelo Marcolino Neto, da gerência tributária; Abro um parêntese para registrar o respeito que tenho pela sua pessoa e pela sua história na Secretaria de Finanças da cidade, Sr. Marcelo. Registro e agradeço a presença também: do Sr. Cristiano Falcon Pinto, do Departamento de Fiscalização da Prefeitura de Mauá; do Sr. Roberto Luiz Lozargo, representante da Controladoria do Poder Executivo; da Sra. Kátia Menezes, representante do Vereador Madeira; da Sra. Aline da Silva Correia, representante do Vereador Renan Pessoa;

Feita a exposição pelo Sr. Secretário, teremos agora a manifestação dos Srs. Vereadores, de acordo com a Resolução.

Algum Vereador deseja se manifestar, pontuar alguma questão?
(Pausa).



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA

Eu quero fazer uma breve pontuação a respeito da folha de pagamento dos servidores públicos, do quanto nos preocupa saber que a gente já está atingindo a meta que o Secretário pontuou, que está próxima aos 54%.

É uma preocupação tanto da Secretaria de Assuntos Jurídicos, como também de toda população.

Quero dizer que nós aqui no Legislativo também estamos preocupados e o Prefeito Municipal já sinalizou que vai haver uma reforma administrativa nesse sentido.

Estamos abertos em discutir, dialogar e contribuir com esse assunto.

Parabenizo o Prefeito que já se posicionou e já se preocupou com essa questão.

É uma soma de esforços para juntos ajudarmos a questão financeira da cidade.

Eu quero fazer uma pergunta referente à execução orçamentária por fonte de recurso, que são os recursos carimbados mencionados pelo senhor: por que existe esse déficit? Por que existe essa diferença desses recursos?

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS – Sr. Presidente, o senhor está perguntando com relação aos déficits, aos números negativos, não é isso? (Pausa).

Aqui nos estamos confrontando receitas arrecadadas dos fundos, 61 milhões, 330, ou seja, dinheiro que efetivamente entrou no caixa. Aqui nós temos diversos fundos: fundo das multas de trânsito, fundo de resíduos sólidos, fundos da assistência social, da saúde, fundos da criança e do adolescente, etc.

Então, houve uma arrecadação de 61 milhões e houve uma despesa de 69 milhões. Por se tratar de despesa orçamentária, essa despesa são recursos empenhados que ainda não foi o total de recursos empenhados. Nem todos esses recursos foram efetivamente pagos.

Por que isso acontece?

Porque há no início do exercício, uma estimativa de arrecadação e nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal que nos ajuda a olhar, que define, inclusive, que o poder público precisa olhar a cada bimestre, a execução desses recursos e se esses recursos não estiverem ingressando de maneira prevista, o poder precisa limitar empenho.

Aqui, no caso dos fundos, por algum motivo – eu não estava no município no ano passado – não houve essa limitação. Então, houve mais empenhos do que arrecadação.

Seguramente esses 07 milhões que estão empenhados em fundos descobertos, eles podem gerar um problema para este exercício. Dos valores que estão efetivamente empenhados. A gente já constatou que há valores não empenhados. Também vão pressionar este exercício.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Nós verificamos que a execução orçamentária do ano passado vai gerar uma pressão muito grande no exercício de 2021.

De forma muito contundente, nós podemos afirmar isso e essa é só mais uma, 07 milhões!

Agora, eu gostaria de dizer, no que se refere à despesa de pessoal, dado o volume da despesa, nós fomos olhar os exercícios passados, como era o comportamento da despesa com pessoal, qual o valor total de despesa.

Nós vimos, por exemplo, que de 2016 para 2020, a despesa com pessoal cresceu 56,5%. Se você for ver o IPCA, índice da inflação. Creio que aqui a correção dos servidores não é pelo IPCA, é pelo INPC. Ajudem-me, pessoal? O IPCA é o índice básico da inflação. O índice básico da inflação no período foi de (*inaudível*). A gente tem aqui um crescimento real do gasto com a folha de pagamento bem expressivo. 56 é o aumento total, se você tirar o índice, dá 40% de aumento.

Esse aumento real pode ter sido aumento em algumas carreiras, aumento efetivo de salário, pode ser aumento de cargos em comissão ou o provimento do cargo em comissão e também ter a ver com eventos, por exemplo, como benefícios concedidos ao longo do tempo aos servidores. Naturalmente que há benefícios concedidos por meio de leis.

Portanto, é realmente uma despesa robusta e o crescimento nesse período foi muito considerável.

O SR. PRESIDENTE – Muito obrigado, Secretário.
Alguém mais deseja pontuar alguma questão?

O VER. GETÚLIO BATISTA DE ANDRADE JÚNIOR, JÚNIOR
GETÚLIO – Sr. Presidente, eu queria saber do Vagner e, primeiramente, já agradeço a ele por ter vindo até a Câmara prestar contas com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. Está sendo muito esclarecedor.

Eu cheguei atrasado e queria saber algumas. Uma delas é o montante que ficou a pagar. Eu sei que ficou dívida da gestão passada. Eu queria saber o que ficou de restos a pagar, até para os Vereadores acompanharem e saberem que tem essa dívida.

A outra coisa é se a Finanças entende que a LC 173/2020, de enfrentamento a pandemia, impede a recomposição dos vencimentos dos servidores?
É mais uma dúvida que eu queria que o senhor colocasse para nós.

O SR. PRESIDENTE – Muito obrigado, Vereador.
Com a palavra o Secretário Adjunto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS – Eu vou começar pela 2ª pergunta, Vereador.

A lei 173 está vedando o crescimento da despesa com pessoal. Então, de forma muito clara, os valores incorporados ao salário, como por exemplo, adicionais por tempo de serviço, a contagem deles também foi congelada.

Pela interpretação da lei, a lei está dizendo claramente que nesse período não pode haver aumento da despesa com pessoal.

Agora, a interpretação jurídica da lei, eu realmente não tenho. Eu sou um contador.

O que eu tenho observado, por exemplo, em decisões que foram proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na grande maioria das decisões eles têm definido que a recomposição, pela Constituição, não é válida, à luz da lei 173.

Juridicamente é óbvio... Procuradores, enfim, a Secretaria Jurídica, devem se debruçar sobre isso para ter uma definição da interpretação própria para o município.

De tudo que eu tenho visto das decisões, eu não me recordo de ter visto uma decisão favorável.

Com relação às dívidas, aos restos a pagar...

Nós apresentamos um quadro de restos a pagar. É o último quadro, é o slide 34, salvo engano.

Aqui a gente tem exclusivamente os restos a pagar.

A disponibilidade de caixa ali contemplou todo os restos a pagar.

Percebam que tem uma sobra ali, no caso de restos a pagar, de 03 milhões, 883.

Essa sobra foi coberta com recurso carimbado. Recurso, por exemplo, da covid.

Nós vimos lá que houve um outro quadro da covid, e a gente viu que ficaram 20 milhões no caixa para a covid, não é para pagamento de outras despesas.

Isso só observando os restos a pagar.

Nós vimos lá na fonte vinculada que houve um descompasso na execução orçamentária.

Nós já verificamos também outras tantas empresas que infelizmente vão pressionar o orçamento deste exercício.

Levando em consideração que os precatórios judiciais do ano passado não foram empenhados, não foram liquidados, não foram pagos, 23 milhões.

Esse valor está sendo cobrado pelo Tribunal de Justiça e agora a cobrança veio via Ministério Público para nós, 23 milhões.

Nós temos aí da coleta de lixo do ano passado, 11 milhões, que não foram empenhados também, não foram liquidados e não foram pagos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA

São faturas já apresentadas, atestadas pela Prefeitura, mas sem repercussão no orçamento de 2020, portanto herdado no dia 1º de janeiro pelo governo que aqui está hoje.

O contrato de gestão da Fundação ABC teve uma parcela da parte orçamentária de 15 milhões – a financeira não houve problema – que vai pressionar o exercício deste ano.

Nós temos 03 milhões e meio de rescisões que findaram em 31 de dezembro do ano passado que também não foram empenhadas, não foram liquidadas, não foram pagas.

Nós temos uma parcela, observando o ano passado exclusivamente, do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, 03 milhões.

E temos algumas indenizações que eventualmente os fornecedores... O que aconteceu no ano passado em alguns casos é que o fornecedor não tinha contrato, mas ele estava sendo indenizado pelo serviço prestado. E aí o que a gente já conheceu, o mais expressivo é de em torno de 05 milhões e 800.

Isso do ponto de vista de empenhos do ano passado que a gente vai ter que solucionar este ano.

Esses valores que eu estou falando para os senhores, que não são restos a pagar, vamos deixar claro, porque não foram empenhados, nós temos aqui 62 milhões, 823.

Então realmente a situação é, somada aos restos a pagar...

Parte dos restos a pagar do recurso próprio (*inaudível*) financeiro, parte não tinha.

Então realmente a execução orçamentária, como eu coloquei para os senhores, de 2021, é um grande desafio. É uma dificuldade muito grande.

O SR. PRESIDENTE – Muito obrigado, Secretário.

Quero destacar 02 pontos que foram explanados aqui.

O consolidado da dívida não atingiu a meta estipulada pela LDO, houve uma diferença, slide 19, resultado nominal. E o resultado primário também não foi batida a meta também estipulada na LDO. A diferença é maior aqui referente aos resultados primários.

Mais algum parlamentar que queira fazer mais alguma pontuação?

Abriremos agora para manifestação dos representantes de entidades municipais.

Como não tivemos questionamento de entidades, lembrando que os participantes que nos acompanham pela internet podem nos enviar suas perguntas para o email audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br.

Na sequência, abriremos a palavra aos demais participantes.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Não havendo manifestação de munícipes, pergunto se há algum Secretário Municipal ou representante de alguma Secretaria que deseja se manifestar?

Daremos um prazo de 02 minutos para que os mesmos possam enviar suas perguntas.

Lembrando, o email audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br.

Vamos respeitar o prazo de dois minutos.

(Nota da Taquigrafia: neste instante ocorre uma pausa de 02 minutos para aguardar possíveis questionamentos via internet).

O SR. PRESIDENTE – Não havendo questionamentos, passo a palavra então para o Secretário Adjunto de Finanças, Sr. Wagner da Rocha, para as considerações finais.

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS – Obrigado, Presidente.

Basicamente agradecer aos presentes, aos servidores da Prefeitura, representados aqui pelos servidores da Secretaria de Finanças.

Muito obrigado e bom dia.

O SR. PRESIDENTE – Mais uma vez agradecer a toda equipe da Secretaria de Finanças, da Controladoria do município, todos representantes e aos nobres parlamentares que se fazem presentes.

Concluídas as fases da audiência, agradeço a todos

Esclareço que toda a documentação gerada por esta Audiência será juntada ao respectivo processo e encaminhada por cópia de inteiro teor à Secretaria de Finanças a cidade, ficando à disposição dos interessados para consulta nesta Câmara Municipal.

Quero só destacar aqui que eu fiz um questionamento e vou fazer isso nas sessões legislativas desta Casa para a gente poder ampliar os pontos de interação com a população.

Essa é uma preocupação deste Vereador.

Eu quero trabalhar junto com os demais e peço a colaboração dos nobres Vereadores que se fazem presentes aqui, para ampliarmos os espaços de democratização das audiências públicas da nossa cidade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Quanto mais próximos das pessoas nós estivermos, quanto mais diálogo nós tivermos, e mais espaços de diálogos, maiores serão os acertos da administração pública, maiores serão os acertos deste Legislativo, para governarmos em conjunto – como o senhor bem pontuou aqui –, de forma harmônica entre os poderes.

De acordo com a lei, a próxima audiência deverá ser realizada em data a ser definida posteriormente, ocasião em que serão feitas novamente as convocações e a publicação.

Agradeço a todos e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

ENCERRA-SE A AUDIÊNCIA às 11h13min